Ironias da História. Intervir na Baixa Pombalina: do Edifício Havas à Reconstrução do Chiado.

Joana Couceiro

Arquitecta, doutoranda, FAUP, Porto, Portugal, joanageraldocouceiro@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação pretende reflectir sobre o tema da intervenção no património, enquanto problema arquitectónico. Não se tratando de um problema abstracto, ou de um problema que se possa generalizar, são aqui invocados dois exemplos muito particulares: o Edifício Havas (Carlos Ramos, 1921) e o projecto de reconstrução do Chiado após o incêndio de 1988 (Álvaro Siza, 1988-1996). Partindo da análise e intersecção destes dois projectos, ambos na Baixa Pombalina, ensaiaremos algumas leituras originais.

PALAVRAS-CHAVE: Património, Carlos Ramos, Álvaro Siza, Chiado.

O Edifício Havas

Corria o ano de 1921 quando Carlos Ramos, um jovem arquitecto no início da sua actividade profissional, é chamado pela firma Barros & Santos a intervir nos números 234 a 242 da Rua do Ouro, futura agência Havas, em plena Baixa Pombalina. A memória descritiva do projecto previa várias alterações ao edifício existente, nomeadamente a modificação da sua estrutura interior e a reconfiguração completa da fachada.[i]

Marcado por uma linguagem neoclássica geometrizada, que anunciava a chegada das artes decorativas à arquitectura, o edifício Havas afastava-se radicalmente da sua preexistência que obedecia ao discurso e à genealogia das formas pombalinas.[ii] Aos primeiros quatro pisos do antigo edifício sobrepos-se uma ordem gigante de pilastras jónicas caneladas sobre um pedestal, que absorveu o piso da entrada, encimadas por um entablamento, que absorveu o quinto piso. Um último piso de águas furtadas, recuado em relação à cornija, com um gradeamento de ferro em forma de platibanda na transição das duas águas mardelianas, remata o edifício. A antiga fachada pombalina passou, assim, a possuir um único estrato monumental com vãos áticos aparentemente rasgados no friso do entablamento, soluções que desafiam os limites arquitectónico-construtivos, que a aproximam de uma postura que tem paralelo no que aconteceu no maneirismo. *"Embora as pilastras possam ser entendidas, numa primeira leitura, como elementos decorativos, elas resultam de uma necessidade estrutural, tornando possível que a luz irrompa pelo edifício através dos grandes vãos, solucionando a falta de claridade e iluminação no interior, preocupação central do arquitecto."*[iii]

Esta primeira obra de Carlos Ramos, que ocorre na sequência de outras intervenções pontuais na baixa de Lisboa, como o Banco Lisboa e Açores de Ventura Terra, projectado poucos anos antes na mesma rua, estimula o debate sobre a intervenção no património pombalino.

Querela conservadores/progressistas (1922)

O confronto ideológico entre conservadores e progressistas (classificação demasiado simplista, mas que aqui assumimos) é explorado pelos jornais da época com artigos de opinião contraditórios. A 27 de Janeiro de 1922, dois dias depois de descoberto dos tapumes, o edifício fazia um dos títulos da primeira página do jornal *A Manhã: "O Monstro Cinzento"*. Nesta curta notícia, Gustavo Matos Sequeira vai tecendo acutilantes comentários: *"Cá está... o monstro", "é um paredão cor de cinza", "não é um prédio, é um absurdo de pedra, roto por janelões desequilibrados e por cinco portinhas liliputianas, onde não há estilo, nem arte, nem coisíssima nenhuma.", "está à pancadaria com tudo e com todos", "feíssima bisarma", "não adorna a rua, suja-a"*. Matos Sequeira (aqui, no papel de porta-voz da facção dita conservadora) mostra-se contra a necessidade de novas orientações para a baixa pombalina, ironizando com os seus defensores. *"Tem-se berrado contra o "Pombalino" uniforme e charro, tem-se berrado contra o antigo (...). O que se torna preciso é renovar, civilizar, arejar. Fora com o môfo e o bafio da antiguidade. Isto dizem eles... e fazem aquilo."*[iv]

Em resposta a esta crítica feroz, é publicada no mesmo jornal, quatro dias depois, uma carta do arquitecto Tertuliano Marques, onde este se refere à fachada do edifício Barros & Santos como sendo, *"depois do Banco Lisboa e Açores, a primeira construção correcta, estética, bem estudada e proporcionada que tem aparecido em Lisboa e quiçá em Portugal."*[v] A mesma opinião é defendida pelo jornal *O Século* que dá destaque ao tema com uma extensa notícia, com o título: *"O Grande Comércio no Progresso de Lisboa. A rua do Ouro engrandecida em interesse arquitectónico – Um notável projecto do arquitecto Carlos Ramos"*. O artigo realça a importância de investimentos arrojados, como o desta firma, para o progresso da capital e elogia '*o novo edifício da Rua do Ouro e as sua características de arquitectura imponente': "A fisionomia das capitais ganha uma expressão frisante de vitalidade de cada vez que nas suas ruas de principal movimento surgem, da demolição de prédios velhuscos e tristonhos, as grandes e modernas instalações comerciais."*[vi]

O que estava em causa nesta discussão não era tanto a qualidade do projecto, antes a sua pertinência e inserção urbana. O próprio autor viria, mais tarde, a lamentar as suas opções. Numa conferência sobre o Terreiro do Paço, explicando a importância da linha dos lambris formada pelas sucessivas sacadas que correm em todo o comprimento dos três corredores que conduzem até ao Rossio dizia: *"Há apenas meia dúzia de remendos um dos quais posto por mim há precisamente treze anos, o edifício do Barros e Santos, actualmente Agência Havas. Houve, nessa altura, terminava eu o meu curso, quem dissesse mal e quem dissesse bem. Puz-me evidentemente ao lado dos que diziam bem. Como sempre, a discussão derivou. Hoje direi que aquele edifício, bom ou mau, está fora do seu lugar. Não é um edifício que convenha à Rua do Ouro. O que lá estava e que eu fiz demolir é que lhe faz falta. Se mo permitissem seria eu o primeiro a repor as coisas no seu lugar."*[vii]

Tratava-se, antes de mais, de uma questão patrimonial, neste caso concreto, sobre a preservação (ou não) da zona pombalina. Sessenta e cinco anos depois da abertura ao público da firma Barros & Santos, no ano de 1988, o debate continuará o mesmo.

Querela conservadores/progressistas (1988)

A reconversão da área sinistrada do Chiado será mais um momento propício à mediatização deste confronto ideológico. Sobre o futuro para aquele pedaço de cidade pombalina ferido pelas chamas, as posições são antagónicas.

No período imediatamente após o incêndio, ocorrido em Agosto de 1988, um debate entre Gonçalo Ribeiro Teles e Tomás Taveira lançava a polémica, mostrando uma clivagem entre as possíveis soluções face à catástrofe.[viii] Enquanto Ribeiro Teles defendia para a baixa *o amplo consenso*, Tomás Taveira sugeria o desenho de *estruturas espaciais*, argumentando como impossível a manutenção das fachadas e do esquema geral do conjunto. Quanto a isto, esclarecia: *"Do ponto de vista emocional é importante que a opinião pública esteja preparada para entender objectos necessariamente diferentes daqueles que têm na cabeça. A permanência do espírito do lugar não envolve a repetição do que lá está. (...) O povo em geral só descobre os verdadeiros valores da arte e da cultura quando está na presença deles. O povo não é inventor e não tem capacidade de imaginação para criar novos objectos."*[ix] Em resposta a estes argumentos, num artigo de opinião publicado poucos dias depois, Helena Roseta manifestava a sua indignação perante a postura pouco pedagógica e presunçosa de Taveira: *"É pelo menos de mau gosto vangloriar-se dos possíveis cenários a inventar para o Chiado, quando sobre os escombros ainda paira a angústia dos Lisboetas tão violentamente desapossados de um pedaço tão querido de cidade."*[x]

Perante um pedaço de cidade consolidada que acabava de ser vítima de uma catástrofe, Tomás Taveira via um terreno expectante com potencial para um conjunto de novas possibilidades, um lugar que abriria caminho à arte, ou seja, segundo ele, à criação de *novos objectos*. O incêndio, para Taveira, era, mais do que uma tragédia, uma oportunidade. Helena Roseta, pelo contrário, surge como adversária a esta vontade de ruptura com a lógica da cidade pombalina, tomando partido pela reconstrução. *"Quando saberemos que não há futuro sem história, nem novidade sem sério enraizamento no passado?"*[xi], questiona-se a arquitecta.

Após um curto mas intenso período de debate público, o projecto de reconversão da área sinistrada é entregue por adjudicação directa a Álvaro Siza. Embora num contexto diferente, de catástrofe, quiseram as circunstâncias chamar à mesma Baixa Pombalina, um dos alunos do mestre Carlos Ramos na Escola de Belas Artes do Porto. Siza, ao contrário de Taveira (e do Mestre Ramos no início da sua carreira), não tem pretensões de ser original, de criar novos objectos que o povo não seja capaz de entender. *"A minha preocupação principal em desenhar, suponhamos, uma cadeira, é a de que pareça uma cadeira. (...) A necessidade de originalidade e diferença conduz quase sempre ao abandono da essência de um determinado objecto."*[xii]

A Reconstrução do Chiado

No Chiado, Siza vai perseguir a essência da cidade pombalina, os fundamentos que a permitem escapar ao tempo. Só assim se poderia ser moderno, verdadeiramente. *"O Projecto lança de novo a ideia da gaiola, agora em betão e recupera todas as fachadas que foram poupadas pelas chamas. Além disso foram reconstruídas portas, cimalhas e cornijas, restituindo-as às suas condições originais. As alterações foram introduzidas somente quando era necessário melhorar o conforto. Para garantir o isolamento térmico foram utilizadas por exemplo duas janelas em sucessão, conservando assim os delicados perfis das janelas existentes."*[xiii]

Ironicamente, Álvaro Siza é chamado a intervir em Lisboa no rescaldo do debate sobre o pós-modernismo (que teve o seu auge numa espécie de manifesto, produzido em 1983, pela Escola do Porto, em resposta à exposição *Depois do Modernismo*) e, ironicamente ainda, a sua resposta acaba por ser acusada recorrentemente de *pastiche* pós-moderno. Segundo

Jorge Figueira, "*O Chiado é um manifesto historicista não no sentido, e aqui há algumas nuances, de uma lógica puramente cenográfica, mas procurando manter a aproximação da autenticidade, rigor construtivo e estrutural do moderno.*"[xiv]

A partir do conhecimento do território, Siza percebe que o problema do Chiado não estava na linguagem arquitectónica, mas na relação com a cidade. Recorda *"que passeando pela cidade e observando a sua paisagem e topografia,* [lhe] *parecera necessário um percurso que ligasse a plataforma do Chiado à Igreja do Carmo."*[xv] Quando, mais tarde, encontra documentos antigos com o percurso directo ao portal do Convento do Carmo, que comprovavam a existência desse percurso antes do terramoto, enche-se de convicção para continuar a *imaginar a evidência*.[xvi]

As transições mal resolvidas, no encontro da malha pombalina com os acidentes topográficos, foram, assim, recuperadas para o projecto, um trabalho cirúrgico, silencioso, que ninguém nota: *"Há gente desiludida, as montras são monótonas, diz-se, falta um toque de modernismo. Os que melhor vêem, notam os caixilhos duplos e outras coisas, e mais ainda os que lá vivem. Quem melhor vive não nota nada. Nem é preciso."*[xvii]

Um problema de arquitectura

Os problemas de intervenção na arquitectura histórica não são problemas abstractos nem devem ser formulados como tal. São problemas concretos sobre estruturas concretas que é essencial considerar. A história da intervenção no património é feita de querelas, do contínuo debate que, desde o século XIX, é iniciado pelo confronto entre Viollet-le-Duc e Ruskin, perpetuado pela Carta de Veneza e ainda presente nas várias 'doutrinas', mais, ou menos, intervencionistas. As polémicas que envolveram estes projectos em particular ilustram um conjunto de problemas que nos interessa aqui invocar.

À partida, o que estaria em causa em ambos os exemplos seria a problemática da intervenção no património, nestes casos concretos, na cidade pombalina. No entanto, se seguirmos a linha de pensamento de Fernando Távora para quem, como refere José Miguel Rodrigues, *"não existe muita diferença entre recuperar, restaurar, reabilitar e, até construir de novo"*,[xviii] a discussão desemboca, antes, num *problema de criação*.[xix] Aluno e discípulo de Fernando Távora, Siza partilha da mesma opinião: *"O arquitecto não é bailarino. Mas, como qualquer carpinteiro ou electricista de cena, ou encenador ou participante imóvel, deve conhecer o ofício, aprender a não usar demasiada luz ou luz de menos, expressão excessiva ou insuficiente, e a não atribuir igual significado a qualquer gesto e a qualquer voz. Essa aprendizagem é incompatível com a ideia primária de especialização (arquitecto competente para casinhas, arquitecto competente para museus, arquitecto competente para arranha-céus,* [arquitecto competente para o património]*)."*[xx]

Clarificada a intervenção no património como um *"gesto normal da arquitectura"*[xxi] (afinal a arquitectura é uma e sempre a mesma), a questão recentra-se nas possibilidades do projecto. Se no início da sua actividade profissional Carlos Ramos opta, na Rua do Ouro, por se evidenciar. Já na década de 1930, mostrar-se-á arrependido, como vimos, da intervenção realizada na cidade pombalina. Numa palestra dedicada a todos os alunos da Escola de Belas Artes de Lisboa, Carlos Ramos fala dos seus primeiros anos de profissão: *"Abracei, por mero acaso, uma das mais lindas profissões do universo. (...) O entusiasmo que nela puz levou-me, por vezes, à pretensão de ser original. Penitencio-me hoje, perante V.Exas. dessa grave falta cometida."*[xxii]

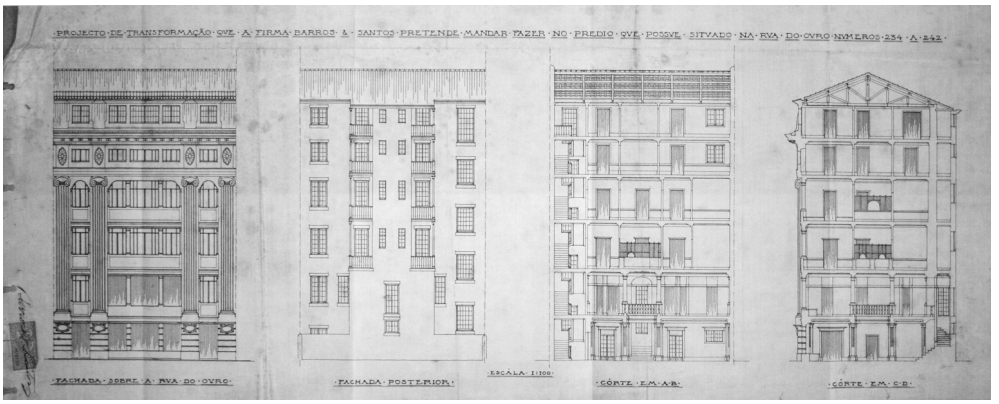
É provável que Siza conhecesse este episódio. Já numa fase madura do seu percurso (contrariamente ao projecto da agência Havas, que foi o primeiro trabalho do seu mestre), Siza vai propor uma intervenção que, como vimos, muitos acusam de conservadora e historicista. No entanto, o que Siza procura é evitar a descontinuidade temporal da arquitectura, escolhendo as suas permanências. Umas vezes elogiando Ruskin; outras vezes, Viollet-le-Duc. Se, por um lado, Siza procura a *simples imitação* do *prédio pombalino*[xxiii] tal como passou à história da arquitectura portuguesa; por outro, rasga vãos inusitados para acesso aos pátios no interior dos quarteirões, provocando dissonâncias no projecto. Se, por um lado, resgata correspondências antigas que a grelha pombalina não fora capaz de resolver; por outro, cumpre a hibridez que entretanto se instalou: *"A diferença sobrepôs-se ao Plano sem o destruir. Nenhum pormenor é exactamente igual a outro, ao realizar-se. O rigor abre-se à circunstância e legitima um vasto catálogo de traições. Tudo identifica a Baixa – da Agência Havas à esquadria de guilhotina, nas ruas de serviço. É essa a lição essencial da Baixa Pombalina, sobreposta à sua decadência.(...) A maior dificuldade estará na exemplar manutenção dessa delicadíssima e fugidia riqueza, sem a tornar arquivo museológico – compatibilizando-a com a modéstia, ou a pobreza, da raiz tipológica: casas de pequena profundidade, pátios de largura inadequada, em pouco generosos quarteirões. O desafio estará na reutilização desses quarteirões, imaginando a sua flexibilidade e preservando integralmente a qualidade morfológica."*[xxiv]

O Chiado de Siza, parecendo o mesmo, na realidade conta uma nova narrativa: a História que nunca foi. (Tinha Viollet-le-Duc alguma razão: "*Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelece-lo num estado completo que pode nunca ter existido.*"[xxv]) E apesar de Carlos Ramos ter desejado, num dado momento, poder re-escrever a História, caberá à própria História fazê-lo. E a Siza, enquanto seu intérprete. O intérprete ideal.[xxvi]

Foi no Porto que Carlos Ramos, e depois Álvaro Siza, se empenharam na construção de uma Escola. Mas talvez seja na Lisboa de Pombal, e perante o difícil projecto de intervenção arquitectónica no património, que a Escola se cumpre verdadeiramente. O edifício da Agência Havas parece, finalmente, ter encontrado o seu lugar.

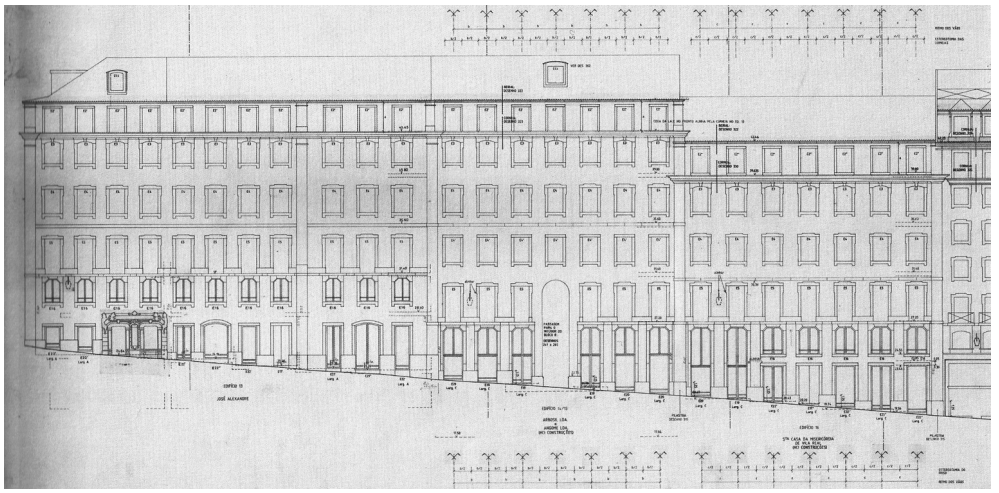
Firma Barros e Santos (Agência Havas)

Imagem cedida com a cortesia de José Miguel Rodrigues



Projecto de transformação que a Firma Barros e Santos desencadeou no prédio situado na rua do Ouro, números 234 a 242.

Arquivo Municipal de Lisboa – Obra: 6712, Processo: 16578/1ªREP/PG/1920, Folha 7(documentação cedida com a cortesia de José Miguel Rodrigues)



Projecto de recuperação da zona sinistrada do Chiado, Espaços exteriores, Alçado da rua do Carmo (lado poente)

Chiado em Detalhe, Câmara Municipal de Lisboa, Verbo, Lisboa, 2013, pág.83.

[i] *"As alterações a introduzir nesta propriedade constam do projecto junto, sendo as principais: 1ª o revestimento completo da fachada em bons materiais de Sintra, devendo para isso construir-se o embasamento e parede com pedra boa da Serra de Monsanto em toda a espessura indicada no projecto. 2ª alteração das divisões interiores conforme as plantas; os materiais a empregar são de 1ª qualidade..."*, Barros & Santos, *Memória descritiva do projecto* (documentação cedida com a cortesia de José Miguel Rodrigues)

[ii] *"Imóvel de lojas, de portas alternadas, mais largas e mais estreitas, primeiro andar com janelas 'rasgadas' (ou de sacada), segundo e terceiro de janelas 'de peitoril' (ou de peito), quarto piso de águas-furtadas na prumada dos outros vãos e inserida na primeira das duas águas mardelianas, cantarias rodeando os vãos e em pilastra nos cunhais ou nas separações dos prédios, o resto da fachada em reboco ocre amarelo ('jalde')."*, José-Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, p.42.

[iii] Bárbara Coutinho, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição*, Vol 1, pág. 31.

[iv] Gustavo Matos Sequeira, *O Monstro Cinzento*, A Manhã, 27 Janeiro 1922, primeira pág.

[v] Tertuliano Marques, *A carta do distinto arquitecto sobre o nono edifício da rua do Ouro*, A Manhã, 31 Janeiro 1922, primeira pág.

[vi] *O Grande Comércio no Progresso de Lisboa. A rua do Ouro engrandecida em interesse arquitectónico – Um notável projecto do arquitecto Carlos Ramos*, O Século, pág.8.

[vii] Carlos Ramos, *O Terreiro do Paço. Antecâmara de Lisboa* (1935) Anexo documental dactilografado da tese de mestrado de Bárbara Coutinho, *op.cit.*, Vol 2.

[viii] Frente-a-frente na TSF, um polémico debate radiofónico entre Gonçalo Ribeiro Teles e Tomás Taveira publicado no Diário de Notícias a 5 de Setembro de 1988, pág.14.

[ix] Tomás Taveira, *Reconstrução da Baixa em debate radiofónico*, Diário de Notícias, pág.14.

[x] Helena Roseta, *Um Chiado novo ou um Chiado novo-rico?*, Diário de Notícias, 10 Setembro 1988, pág.7.

[xi] *Ibidem.*

[xii] Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*, pág.133.

[xiii] *Idem*, pág. 99.

[xiv] Jorge Figueira, *Anos 1980*, pág.73.

[xv] Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*, pág.99.

[xv] *Ibidem.*

[xvi] *"Numa planta da cidade, com os edifícios em perspectiva, na realidade está representada a Igreja do Carmo, com uma escadaria que chega ao Chiado."* Álvaro Siza, *Ibidem.*

[xvii] Álvaro Siza, *Chiado: O que é, o que será...*, 01 Textos, pág.64.

[xviii] José Miguel Rodrigues, *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas da Arquitectura. Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos*, pág.305.

[xix] *"Cheguei à conclusão de que (...) os problemas de património ou de nova arquitectura, não são na realidade um problema diferente. Se tenho um vazio, um espaço entre empenas, eu não tenho algo preexistente, mas tenho uma responsabilidade, uma preexistência que está aos meus dois lados e que me condiciona muitíssimo. Não tenho um edifício, mas tenho um entorno que de certo modo também deveria ser tratado como um problema de restauro. Portanto, sempre se coloca um problema de criação."* Fernando Távora, citado por José Miguel Rodrigues, *Ibidem.*

[xx] Álvaro Siza, *A Ideia primária de especialização*, 01 Textos, pág.178.

[xxi] *"Para mim a recuperação parece-me ser um gesto normal da arquitectura. (...) A minha única competência, conclui é: fazer arquitectura."* Fernando Távora, citado por José Miguel Rodrigues, *op.cit.*, pág.305.

[xxii] Carlos Ramos, *Como Chegar a ser Arquitecto*, *Palestra dedicada a todos os alunos da Escola de Belas Artes de Lsboa* (1235), Anexo documental dactilografado da tese de mestrado de Bárbara Coutinho, *op.cit.*, Vol 2.

[xxiii] A este respeito ver José Augusto-França em *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*.

[xxiv] Álvaro Siza, *Apontamentos sobre a Recuperação da Baixa Pombalina*, 01 Textos, pág.158.

[xxv] Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle,* Restauration.

[xxvi] A este propósito ver Jorge Figueira, *O intérprete ideal*, entrevista a Álvaro Siza, Público, 25 Agosto 2013.

Nota Final: Foi José Miguel Rodrigues quem nos chamou à atenção para o projecto de Carlos Ramos, tendo ainda a cortesia de nos ceder os documentos do projecto por ele recolhidos. A importância desta "descoberta", a seu tempo, feita por ele, justifica esta nota.

Referências Bibliográficas

1 ALMEIDA, Pedro Vieira, *Carlos Ramos – Uma estratégia de intervenção*, Carlos Ramos, Exposição retrospectiva da sua obra, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.

2 COUTINHO, Bárbara dos Santos, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição*, Vol 1: Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Vol 2: Anexo gráfico e documental, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.

3 FIGUEIRA, Jorge, *Anos 1980*, Circo de Ideias, Porto, 2012.

4 FIGUEIRA, Jorge, *O intérprete ideal*, entrevista a Álvaro Siza, Público, 25 Agosto 2013.

5 FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997.

6 FRANÇA, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina,* Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.

7 MARQUES, Tertuliano, *A carta do distinto arquitecto sobre o nono edifício da rua do Ouro,* A Manhã, 31 Janeiro 1922.

8 ROSETA, Helena, *Um Chiado novo ou um Chiado novo-rico?*, Diário de Notícias, 10 Setembro 1988.

9 RAMOS, Carlos, *Memória descritiva e projecto do Edifício Barros e Santos*, 1921, Arquivo Municipal de Lisboa – Obra: 6712, Processo: 16578/1ªREP/PG/1920, Folha 2 (documentação cedida com a cortesia de José Miguel Rodrigues)

10 RODRIGUES, José Miguel, *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas da Arquitectura. Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos,* Fundação Instituto Arquitecto Marques da Silva e Edições Afrontamento, Porto, 2013,

11 SEQUEIRA, Gustavo Matos, *O Monstro Cinzento*, A Manhã, 27 Janeiro 1922.

12 SIZA, Álvaro, *Imaginar a Evidência*, Edições 70, Lisboa, 2000.

13 SIZA, Álvaro, *01 textos*, ed. Carlos Campos Morais, Civilização Editora, Porto, 2009.

14 TAVEIRA, Tomás, G. Ribeiro Teles, *Reconstrução da Baixa em debate radiofónico,* Diário de Notícias, 05 de Setembro de 1988.

15 *O Grande Comércio no Progresso de Lisboa. A rua do Ouro engrandecida em interesse arquitectónico – Um notável projecto do arquitecto Carlos Ramos,* O Século, 29 Janeiro 1922.